



1

2 **Ata da 185ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da**
3 **Assistência Social da Paraíba – CIB/SUAS/PB**

4

5 **Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro (20/12/2024),**
6 **às nove horas e cinquenta e dois minutos,** reuniram-se para a **185ª Reunião Ordinária**
7 **da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social da Paraíba – CIB/SUAS/PB,**
8 no Auditório do Hotel Aram, localizado na cidade de **João Pessoa - PB**, membros titulares e
9 suplentes e convidados **para cumprir a seguinte pauta:** 1- Panorama das Pactuações da
10 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social da Paraíba; 2- Panorama sobre o
11 cumprimento da Resolução CIB 06/2024 que trata do serviço regionalizado de família
12 acolhedora para repactuação; 3- Encaminhar proposta à CIT de Alteração do Prontuário
13 SUAS, sugerindo a revisão do critério de registro apenas dos atendimentos realizados com
14 usuários que possuem NIS; 4- Panorama da municipalização dos Creas Regionais, com
15 repactuação da Resolução CIB nº 09/2024; 5- Critérios de Cofinanciamento Estadual para
16 2025; 6- Calendário de Reunião 2025; 7- Organização das Conferências de Assistência
17 Social em 2025; 8- Palavra aberta; 9- Informes: Censo SUAS, Demonstrativo
18 Físico-Financeiro, Frequência do SCFV o SISC. Ao cumprimentar todos os presentes na
19 reunião, Virginia Serrano, Gerente Executiva da Gestão do Trabalho, convidou a Secretária
20 de Estado de Desenvolvimento Humano, Pollyanna Werton, e Nayara Cinthya de Moraes
21 Santos, membro do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Paraíba -
22 COEGEMAS, para compor a mesa de abertura. Nayara Moraes saúda a todos os presentes
23 e reafirma a parceria do COEGEMAS na defesa do SUAS, a Secretária, Pollyanna Werton
24 partilha sobre vivências do ano de 2024, o papel das políticas públicas para a melhoria das
25 condições de vida para a população, ressaltando que é necessário o coletivo para
26 construção e fortalecimento do SUAS. Em seguida, foi convidada Francisca Vieira, Diretora
27 do Sistema Único de Assistência Social, que desejou boas vindas e agradeceu a presença
28 de todos, e justificou a ausência de Deborah Nascimento, que conduzia a Secretaria
29 Executiva da CIB, que por motivos pessoais optou por se desligar do cargo. Em seguida,
30 Francisca repassou a pauta da reunião e devido a ausência da secretária responsável pela
31 proposta de alteração do prontuário SUAS, pediu supressão da proposta e

32 encaminhamento para próxima reunião. Além disso, sugeriu uma mudança na pauta, onde
33 priorizou a 2º e 4º pauta em virtude de que a secretária Pollyanna precisaria se ausentar
34 antes do encerramento da reunião. Todos os membros concordaram. Iniciou-se a pauta: **1-**
35 **Panorama das Pactuações da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social**
36 **da Paraíba;** Francisca Vieira passa a palavra para Angela Santos, assessora da Diretoria
37 do SUAS, para fazer a apresentação das pactuações publicadas ao longo do ano de 2024.
38 Angela saúda todos, e diz que durante todo o ano a CIB teve 5 reuniões ordinárias
39 realizadas, três delas em João Pessoa, uma online e uma na cidade de Patos. Trouxe as
40 principais pautas discutidas durante essas reuniões e deu um panorama geral da CIB ao
41 longo do ano de 2024. Sem mais acréscimos, passam para a próxima pauta: **2- Panorama**
42 **sobre o cumprimento da Resolução CIB 06/2024 que trata do serviço regionalizado de**
43 **família acolhedora para repactuação;** Francisca Vieira convida Roberta Pires, Gerente
44 Operacional da Alta Complexidade, para apresentar o panorama sobre cumprimento da
45 resolução Nº 06 do dia 29 de maio de 2024 que trata o serviço regionalizado de família
46 acolhedora. Roberta fala sobre um primeiro diálogo realizado com a Secretaria de
47 Assistência de Cuité para deliberar sobre os encaminhamentos para implantação, diz que
48 foi realizada a abertura do processo para compor a equipe, processo de solicitação do
49 recurso, e solicitou a inclusão na peça orçamentária de 2025 junto dos demais serviços
50 vinculados à Gerente Operacional da Alta Complexidade. Apresentou também um
51 panorama de acolhimentos distribuídos no Estado da Paraíba, tanto Casas Lares como em
52 serviços em Família Acolhedora. Sugeriu repactuar o prazo de implantação do polo Cuité
53 para 31 de agosto de 2025. Francisca passa a fala para Juliana Medeiros, Secretária de
54 Assistência Social de Cuité, que fala sobre a busca do local para implantar o Serviço de
55 Família Acolhedora. Juliana saúda todos, explica que assumiu o cargo a pouco tempo, mas
56 ainda está em busca do local para de implantar o Polo de Família Acolhedora no município
57 mencionado, porém há um período de transição eleitoral, não se sabe ao certo quem vai
58 assumir como novo secretário, no entanto estão nessa tramitação com o atual prefeito. A
59 fala é passada a Francisca Vieira, que ressalta que o orçamento de R\$ 500.000,00
60 (quinhentos mil reais) solicitado pela secretária Pollyanna Dutra para implantação do
61 referido polo, foi aceito pela secretaria de Planejamento, no entanto, em virtude de não ter o
62 espaço físico para alocar as equipes, não conseguiu avançar nas contratações. E discorre
63 as dificuldades encontradas no processo de locação no âmbito da administração pública.
64 Cuité reassume o compromisso junto com a secretaria de Estado de Desenvolvimento
65 Humano na implantação do polo. Foi apresentada a proposta de repactuação do prazo de
66 implantação, para que siga a mesma data da resolução dos demais polos, em agosto de
67 2025. Francisca Vieira passa a fala para Adjane Araujo, advogada que presta serviços
68 técnico a alguns municípios, mas veio representando São José Princesa, levanta a questão

69 do desrespeito às resoluções da CIB por parte do Ministério Público, que tem pressionado
70 prefeitos a firmar de convênios para a abertura de Casas Lares, contrariando as diretrizes
71 do SUAS e a Resolução da CIB. Sugere que a SEDH, juntamente com a CIB, dialogue com
72 o Ministério Público para esclarecer a legislação e as diretrizes do serviço de Acolhimento
73 Familiar. Outros participantes corroboram a fala de Edjane Araújo, relatando experiências
74 semelhantes em seus municípios e a dificuldade de lidar com a pressão do Ministério
75 Público, que em alguns casos impõe a implantação de Casas Lares por via judicial, mesmo
76 em municípios que já possuem o serviço de Família Acolhedora regionalizado. Por tanto,
77 **houve a proposta de implantar o polo de Cuité até 31 de Agosto de 2025, aprovada**
78 **por unanimidade**, por conta das dificuldades apontadas. A secretária, Pollyanna Werton,
79 esclarece que a questão seria a burocracia entre a Prefeitura e o Estado que acaba
80 demorando, mas que há recurso financeiro para se fazer até antes do prazo. Francisca
81 Vieira retoma a fala explicando que já foram feitos todos os trâmites, o que ainda não se
82 consolidou foi a questão do local. Outro ponto é a inserção do Ministério Público em
83 implantar Casas Lares, esclarecendo que já tratou desse quesito em outra reunião da CIB
84 com a Dra. Fábia, que posicionou afirmando que o Ministério Público planeja realizar uma
85 reunião com os membros e fazer visitas territoriais para sensibilizar alguns juízes sobre a
86 obrigatoriedade de implantar casas lares, mesmo em municípios que já possuem Polo de
87 Família Acolhedora. Um exemplo disso é o caso do município de Princesa Isabel, onde, por
88 determinação judicial, o estado está sendo obrigado a implantar uma Casa Lar, mesmo já
89 fornecendo atendimento por meio do serviço em Família Acolhedora. Ressalta a
90 necessidade da CIB, o COEGEMAS, a Federação das Associações de Municípios da
91 Paraíba - FAMUP e outras entidades para dialogar com o Ministério Público e o Sistema de
92 Justiça para apontar uma possível solução para o problema. Francisca Vieira passa a fala
93 para Alzenira Gomes, gestora do município de Queimadas. Alzenira relata os desafios da
94 implantação do serviço, tal como a dificuldade de encontrar famílias com perfil para acolher
95 adolescentes e a necessidade de ter o serviço no território para garantir proteção aos
96 cidadãos. Compartilha a experiência do município de Queimadas, que conseguiu aprovação
97 de um projeto do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente através do
98 Banco Santander, conseguiu também a implantação do serviço Família Acolhedora, com
99 equipe e transporte exclusivo, tornando-se o primeiro município de Porte II da Paraíba a ter
100 o serviço. Francisca Vieira concorda com Alzenira sobre a importância de ter o serviço no
101 território, destacando que a regionalização deve ser uma estratégia provisória até que os
102 municípios consigam condições de implantar seus próprios serviços. Francisca passa a fala
103 para Rosângela Rodrigues, gestora do município de Baraúna. Rosângela questiona que só
104 há ela e outra gestora da 4º Região geoadministrativa, pela falta da maior parte dos
105 gestores, propõe pactuar a pauta das datas de implantação na próxima reunião. Sugere que

se há uma burocracia com a prefeitura de Cuité, além da questão de troca de gestão, poderia implantar no município de Picuí, que continua na 4º Região geoadministrativa, ressalva que o trabalho precisa avançar, já se passou muito tempo. Francisca Vieira retoma a fala, em questão das datas, já tinha sido pactuado e segundo a secretária, poderia até ser implantado antes, porém vai depender da dinâmica de Cuité. E concorda em debater a pauta na próxima reunião, mas ressalta que a escolha de um município central foi analisada para que facilite os deslocamentos das cidades vizinhas, que dispõe de uma estrutura de Conselhos Tutelares, de comarcas, de hospitais, de CREAS. Então, se houver impossibilidade de Cuité não implantar, debaterá na CIB, abrir essa exceção e criar uma resolução específica para essa situação. Seguindo para a próxima pauta: **4- Panorama da municipalização dos Creas Regionais, com repactuação da resolução 09 CIB;** Francisca Vieira discorre sobre a resolução 09, que se trata da municipalização do CREAS regionais, nos 26 polos e nos municípios que não ofertam os serviços. A discussão sobre a municipalização dos CREAS foi tomada com base na diretriz do SUAS que defende que a presença do serviço no território significa proteção para o cidadão. Para discutir sobre a temática, foi formado um grupo de trabalho composto por representantes dos municípios, do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS e do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. Cerca de 22 pessoas participaram das discussões. Houve uma análise de custos financeiros, onde estabeleceu um custo mínimo de R\$12.000,00 mensais para a manutenção dos CREAS, que seria dividido entre os entes federativos. Considerando o déficit do cofinanciamento do governo federal, ficou definido que o Estado arcaria com R\$4.800,00. Francisca Vieira passa a fala para Pollyanna Werton, Secretária do Estado. Pollyanna Werton explica que o processo de municipalização é resultado de uma ação civil pública antiga, que já passou por várias gestões. Em resposta a um processo judicial que exigia a realização do concurso até dezembro, com prorrogação do prazo para novembro de 2025. Explica as dificuldades financeiras para os novos prefeitos gerenciarem os seus municípios e suas instituições, por tanto, com uma conversa com o Governador da Paraíba, chegou a alternativa de que os municípios que desejarem municipalizar seus CREAS podem fazê-lo, mas devem passar pela aprovação da CIB e assumir a responsabilidade pelo serviço. Já os que não tivessem condições de arcar com a municipalização, o Estado estaria a disposição para tal, e com o tempo iria se reestruturando. O estado da Paraíba irá realizar um concurso público para contratar profissionais para os 26 CREAS Regionais, e quando houver a municipalização esses profissionais serão alocados para outro serviço. A secretária passa a fala a Adjane Araújo, relata que há municípios que as equipes dos CREAS Regionais não estão mais atuando nos territórios, sobrecarregando os CRAS. A secretária se mostrou surpresa com essa informação, pois não houve orientação para a interrupção dos serviços. Francisca Vieira

ressalta que a Diretoria do SUAS não tinha conhecimento dessas informações, que não teve orientação da SEDH para fechar os serviços, solicita que encaminhem a lista dos polos regionais que tomaram esse posicionamento de desligar o serviço para ter uma conversa e orientar essas equipes para tomar as devidas providências. Francisca Vieira passa a fala a Anastácio Cassimiro, do município de Boa Aventura. Anastácio cumprimenta a todos, diz que participou do grupo de estudo para a municipalização dos CREAS, e observou que a comissão só analisou a questão dos gastos, mas não pontuaram se o município teria condições de arcar com o serviço. Propõe um estudo das necessidades dos municípios, monitorar o trabalho dos CREAS, a oferta de serviços e a presença deles nos municípios, além de implementar mais 3 polos para que consiga atender todas as demandas dos municípios. A secretária do Estado, Pollyanna Werton, esclarece que o estado não tinha conhecimento dessa desassistência, e propõe que o estado revise a regionalização e divida por municípios com demandas altas, durante o processo de municipalização. E que os municípios devem se organizar em consórcios e o estado dar contrapartida. Diz que a CIB tem o papel de avaliar as condições dos municípios para municipalizar o serviço. Passa a falar para Rosângela do município de Baraúna, propõe que os polos sejam divididos pela demanda, já que a divisão atual é feita por regiões distantes. Fátima Demétrio, do município de Santa Rosa, questiona se o material permanente, que estão cedidos acima de 5 anos nos polos regionais, podem ser cedidos para os municípios e poderiam fazer um termo específico para isso, ou o município que aderir receberá uma parcela do estado para auxiliar na implantação do serviço. Desta discussão ficou encaminhado que seguirá a oferta regional, e aos municípios que apresentarem interesse de ter seus CREAS municipal oficial a CIB. Sem mais acréscimos sobre esse tema, passamos para o próximo ponto de pauta: **5- Critérios de Cofinanciamento Estadual para 2025**; Francisca Vieira passa a fala para Ângela Santos, Assessora Técnica da Diretoria do Sistema Único da Assistência Social. Ângela apresenta os requisitos básicos, que incluem a instituição do conselho, comprovação da elaboração do plano municipal e funcionamento do fundo municipal. Ela informa que todos os municípios já se regularizaram em relação ao artigo 30 da LOAS. Conforme o Decreto Nº 36.389 de 25 de novembro de 2015, que em relação a prestação de contas deve ser realizada em até 60 dias após o término do exercício financeiro, ou seja, do dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro a primeiro de março de dois mil e vinte e cinco. Ângela apresentou os critérios utilizados em 2024, que incluíam requisitos básicos e a divisão dos recursos por blocos de proteção, como na Proteção Social Básica, financiamento para municípios de pequeno porte I e II em relação ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Proteção Social Especial de Média Complexidade da seguinte forma: Serviço de medidas socioeducativas, CREAS municipal, municípios de grande porte com serviço de Centro Dia e municípios de médio e grande porte com Centro

180 de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP); Da Alta
181 complexidade: Recursos para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, e
182 residências inclusivas para pessoas com deficiência; Benefícios eventuais: Retorno do
183 cofinanciamento para benefícios eventuais, condicionado à comprovação da lei do SUAS e
184 benefícios eventuais; e o Bloco de Gestão. É proposto manter os mesmos critérios e
185 proporções de 2024, destinando 75% para os blocos de financiamento por proteção e 25%
186 para os blocos de benefícios eventuais e gestão. A média complexidade ficaria com 25% do
187 orçamento e a alta complexidade com 10%. Angela Santos passa a fala para Alzenira, que
188 questiona se o município de Queimadas poderá entrar no cofinanciamento de 10% do bloco
189 da Alta Complexidade já que a partir de janeiro irá municipalizar o serviço de Família
190 Acolhedora. Francisca Vieira responde que a pactuação da Proteção Social de Alta
191 Complexidade foi acordada que seria para instituições para crianças e adolescentes, mas
192 abriu a discussão para a revisão dos critérios e a inclusão do acolhimento familiar.
193 Francisca Vieira repassa a fala a Zuleide, representante do município de João Pessoa. Ela
194 fala sobre o financiamento para implantação dos Centros Dias e Residência Inclusiva nos
195 municípios, onde houve uma pactuação que o Governo do Estado repassaria aos
196 municípios 50% do valor transferido do Governo Federal, questiona o porquê dessa
197 pactuação está suspensa, sendo que o Governo Federal diz que a portaria continua sendo
198 válida. Francisca Vieira a responde afirmando que esse processo ocorreu para os
199 municípios de Grande Porte, ressalta que a portaria é do Governo Federal e o estado não
200 regulamentou esse processo, e que os recursos do cofinanciamento são discutidos e
201 estabelecidos em critérios e valores na CIB. Em relação a fala de Alzenira, foi proposta e
202 pactuado que o Serviço de Família Acolhedora dos municípios serão incluídos nos 10% de
203 orçamento do bloco da Alta Complexidade, ressalta que para isso o serviço deve estar em
204 funcionamento e registrando atendimentos no Cadastro Nacional do SUAS – CADSUAS. Já
205 as instituições de Acolhimento da Pessoa Idosa, o Estado já direciona em um edital
206 específico R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais) e o quantitativo de acolhimento
207 governamental é pequena, por tanto não há relevância para ser contemplado nos 10%.
208 Com todas as deliberações feitas, passamos para a próxima pauta: **6- Calendário de**
209 **Reunião 2025**; Francisca Vieira destaca que no ano de 2024 foi pactuado que as reuniões
210 seriam nas quartas-feiras por motivos de ser um ano eleitoral e de agendas cheias, e coloca
211 em avaliação se continua ou não. Muitos se manifestaram a favor de voltar às sextas-feiras
212 como era em 2023, e retomar as reuniões em fevereiro de 2025. As datas das sextas-feiras
213 serão verificadas, colocadas no grupo da CIB e publicadas. Será mantida uma reunião
214 online e outra presencial, com a possibilidade de descentralizar as reuniões. Caso não haja
215 pauta, a reunião online poderá ser cancelada e a pauta juntada para a reunião presencial.
216 Caso seja descentralizada, será mais difícil garantir a estrutura tecnológica necessária.

Finalizada essa etapa, seguimos para o próximo ponto de pauta: **7- Organização das Conferências de Assistência Social em 2025**; Francisca Vieira deixa todos cientes que no ano de 2025 é ano de conferência ordinária da Política de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS já lançou a convocação através da Resolução 177 de 14 de novembro de 2024, já houve alteração dessa resolução mudando a data da Conferência Nacional. Os prazos para as conferências municipais serão de 31 de março a 11 de julho de 2025, e as conferências estaduais de 11 de agosto a 17 de outubro de 2025. Houve um debate na reunião do CNAS no dia 06 de dezembro do decorrente ano sobre as conferências regionais, por isso o CNAS ainda irá publicar uma resolução acerca dessa modalidade de conferências. Já os **informes**, sendo esse o último ponto de pauta, Maria de Lourdes trás sobre a prestação de contas, onde a FNAS está encaminhando um resumo diário da situação dos demonstrativos, que são colocados no grupo de gestores. É solicitado que os gestores repassem as informações para seus colegas. Devido a problemas no sistema, não está sendo possível fazer o monitoramento como de costume. Há preocupação em relação ao Censo SUAS, pois a gerência não consegue monitorar quais municípios ainda não responderam ao questionário. A orientação é que o questionário seja respondido a partir das 16 horas, quando o sistema está funcionando melhor. Antes de entrar no sistema, é recomendado atualizar o CadSUAS. Maria de Lourdes passa a fala a Nayara, que relata que o COEGEMAS está recebendo ligações de novos gestores que querem entrar no grupo, mas é necessária a portaria para inclusão. Uma assembleia do COEGEMAS será realizada em janeiro para a prestação de contas e boas-vindas aos novos gestores. O fórum de novos gestores também será realizado em janeiro. Djalma Batista também informa que a gerência Operacional SINASE está fazendo um planejamento para 2025 e pretende fomentar a rede de assistência técnica, principalmente para os serviços vinculados ao SINASE. Será feito um levantamento de todas as políticas públicas para levar material e discutir com os municípios. A gerência se dispõe a dar apoio no processo de municipalização e na sensibilização dos atores envolvidos nas medidas socioeducativas. A fala foi passada para Gilmara de Oliveira destaca o último dia do SISC, a maioria dos municípios já fechou, mas alguns ainda não colocaram nada. É importante verificar se todas as informações foram preenchidas corretamente, pois a ausência de um dado pode impedir o fechamento em 100%. Quem não informar terá os recursos bloqueados ou suspensos. Após a conclusão de todos os pontos de pauta, Francisca Vieira e Nayara encerraram. Sem mais acréscimos, eu, Angela Kaline da Silva Santos, lavro essa ata que segue assinada por mim e todos os membros que estiveram presentes nesta reunião.

João Pessoa, 20 de dezembro de 2024

252

253 Yasnaia Pollyanna Werton Dutra – Titular

254 _____

255 Francisca das Chagas Fernandes Vieira – Titular

256

257 _____

258 Ângela Kaline da Silva Santos – Suplente

259

260 _____

261 Gilmara Andrea de Oliveira – Titular

262

263 _____

264 Jéssica Juliana Batista da Silva – Suplente

265

266 _____

267 Maria de Lourdes Azevedo – Titular

268

269 _____

270 Virginia Helena Serrano Paulino Lima – Suplente

271

272 _____

273 Luciana Leal Fernandes Araújo – Titular

274

275 _____

276 Ediclê Travassos de Lima – Titular

277

278 _____

279 Mônica Laura Ervolino Caroli – Suplente

280

281 _____

282 Anastácio Cassimiro dos Santos Junior - Titular

283

284 _____

285 Aline de Andrade Martins - Titular

286

287 _____

288 Maria Alzenira Gomes Silva Alexandrino - Titular

289

290 _____

291 Layse Martins Nascimento – Suplente